

**ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E TREZE** -----

Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e treze, reuniu pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

**-----ORDEM DO DIA: -----**

**1. Expediente**-----

**2. Ata** -----

**3. Regimento**-----

**4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

---a) **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014;** -----

---b) **Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;** -----

---c) **Mapa de Pessoal para 2014.** -----

**5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA**-----

**Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros:** Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Ricardo Campos da Silva Rico, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Marina Patrícia Basílio Pedro, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, José Manuel Guerreiro Neves, Nelson José Bento Raposo, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Vera Lúcia da Costa Violante, Joana Margarida Ganço Filipe, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, António Albino, Jaime António Pires de Cáceres, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Joaquim António Gonçalves.-----

**Não compareceram os membros:** Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, António João Antunes Isidoro e Carlos Jorge Canário Pereira.-----

**Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal,** Álvaro dos Santos Beijinha e dos senhores Vereadores Daniela Filipa Cópio Martins, Norberto Valente Barradas, Francisco Maria Carrajola de Sousa e Albano Joaquim Mestre.-----

**Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:**-----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – INFORMAÇÃO**-----

A Senhora Presidente deu conhecimento de que se fizeram substituir na presente sessão,

Os eleitos da CDU, senhores **Igor Filipe Almeida Guerreiro e Carlos Jorge Canário Parreira**, pelo Senhor Nuno Miguel da Silva Francisco e pela Senhora Vanda Isabel Saramago Pires Correia, respetivamente, o primeiro pelo cidadão que se segue na respetiva lista e o segundo pela sua substituta legal, Secretária da Junta de Freguesia de Ermidas Sado, em conformidade com o previsto no artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

-----  
**APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE MOÇÃO** -----

**Pela Senhora Maria da Conceição Pinela Pereira, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de “MOÇÃO** -----

**ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014**-----

Como é do conhecimento de todos, as políticas do atual Governo PSD/CDS têm vindo num crescendo e acérrimo ataque às conquistas do 25 de Abril de 1974. -----

Desde a Constituição da República, à Lei das Finanças Locais, à Educação, à Saúde, aos salários, ao horário de trabalho, etc... enfim, todos os direitos adquiridos com a luta e reivindicação do povo têm vindo a ser sistematicamente destruídos. -----

O Orçamento de Estado para 2014, vem, mais uma vez, prosseguir na mesma esteira das políticas anteriores. -----

Assim: -----

.Considerando que este Orçamento prossegue e aprofunda a degradação dos rendimentos, das condições trabalho e das prestações sociais dos trabalhadores das autarquias e da função pública em geral, no quadro do violento ataque, ao serviço público e ao regime democrático;-----

. Conjugado com a nova Lei das Finanças Locais, dele indissociável, acentua ainda a mais redução da participação das autarquias nos recursos do Estado, redução esta brutal e absolutamente desproporcionada; -----

. Reforça medidas de tutela e de ingerência na gestão autárquica, aprofundando o ataque à autonomia do Poder Local; -----

. Induz estagnação e degrada as condições de desenvolvimento de atividades económicas, contribuindo para o empobrecimento da população;-----

. Constitui-se como um fator de aumento da exploração dos trabalhadores, da redução dos rendimentos dos reformados e de empobrecimento das famílias e ruína as PME em benefício e proteção dos grande grupos económicos;-----

. Visa limitar e até negar direitos fundamentais como a acesso à saúde, à educação ou à proteção social;-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, reunida em sessão ordinária dia 20 de dezembro de 2013, delibera: -----

1. Repudiar o esbulho dos recursos que o Estado deve colocar à disposição das autarquias com vista à manutenção e melhoria das condições de vida das populações, nos domínios da competência exclusiva dos seus órgãos; -----

2. Manifestar a sua solidariedade para com os trabalhadores da administração pública, trabalhadores em geral, em especial com os que perderam os seus empregos, reformados e pensionistas, cujas condições de vida e de trabalho se têm vindo a degradar e que este Orçamento agrava. -----

3. Reclamar medidas e políticas que desagrem a asfíxia a que vêm sendo sujeitas as micro, pequenas e médias empresas e pequenos agricultores e possibilitem e estimulem o crescimento económico e o desenvolvimento em geral; -----

4. Finalmente exigir:-----

. O fim do ataque ao serviço público; -----

. O fim da delapidação dos recursos e do património públicos; -----  
. O fim das políticas ruinosas de privatização de tudo o que é público e rentável; -----  
. A manutenção do Estado Social; -----  
. A exigência de políticas consistentes de promoção de emprego; -----  
A presente Moção deverá ser remetida a:-----  
Ao Presidente da República, à Presidente da Assembleia da República, Presidência do Conselho de Ministros, Grupos Parlamentares e Órgãos de Comunicação Social.” -----  
A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----  
Interveio o Senhor João Pereira, eleito do PS, referindo que era importante para a análise e discussão da proposta que fosse facultada uma cópia da mesma aos membros da Assembleia ou, pelo menos, uma por cada Força Política. -----  
A Senhora Presidente concordou, referindo que seria disponibilizada, no decorrer da reunião, caso fosse possível, uma cópia a cada Força Política com assento na Assembleia. -----  
O Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, referiu que este procedimento só devia ser equacionado para futuras sessões, tendo em conta que eram várias as moções que iriam ser discutidas na presente sessão, sugerindo que fosse escutado com atenção os conteúdos das mesmas. -----  
O Senhor José Sucena, eleito da CDU, questionou se não eram permitidas moções verbais, acrescentando que se estava a abrir um precedente relativamente a esta questão. Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, sobre a proposta de Moção, começando por referir que era preciso não esquecer que Portugal tinha sido um dos países do Mundo que, numa situação de emergência, teve de receber a primeira tranche da ajuda financeira três semanas depois da assinatura do Memorando, para pagar salários e outras despesas imediatas. -----  
Mais referiu que a atual ajuda financeira concedida a Portugal correspondia a 40% do seu PIB – Produto Interno Bruto, enquanto em 1983/1985, aquando da intervenção do FMI, aquela percentagem representava 5% do PIB. Acrescentou que Portugal se encontrava numa situação muito difícil na altura da negociação do Memorando com a *troika* e que tem cumprido com as exigências contidas naquele documento, pelo que, têm vindo a ser libertadas as verbas necessárias na sequência das dez avaliações positivas que já decorreram, faltando duas avaliações até ao final do programa de intervenção, para o País ter autonomia financeira, o que acontecerá a partir de julho de 2014. -----  
Referiu ainda estar solidário com os portugueses que têm sofrido com as políticas muito duras que tem vindo a ser implementadas, acrescentando que quando um estado despende 90% dos seus recursos em prestações sociais, salários, educação e saúde, ou aumenta os impostos ou tem de reduzir as despesas, sendo neste caminho estreito que o Governo teve que seguir. -----  
Mais referiu que a economia tem vindo a crescer nos dois últimos trimestres, acrescentando que as exportações aumentaram, bem como o consumo interno, e a taxa de desemprego começou a baixar, considerando que a inversão económica começava a ser uma realidade, com todas as dificuldades e sacrifícios que tem vindo a ser feitos pelas pessoas, ou seja, já era possível ver a luz ao fundo do túnel. -----  
Recordou ainda que, aquando da intervenção do FMI no País, em 1983/85, este dispunha de moeda própria, pelo que, pôde recorrer ao mecanismo de desvalorização da mesma, para ser competitivo, acrescentando que apesar de Portugal estar hoje inserido numa moeda forte, conseguiu, no trimestre em curso, o melhor desempenho de toda a União Europeia no referente a exportações. -----

Referiu também que era de salientar a reforma do IRC, recentemente acordada, o que iria permitir a obtenção de melhores resultados pelas pequenas e médias empresas, as quais passarão a ser tributadas em 17% relativamente aos primeiros quinze mil euros de lucro e a uma Derrama de 7%, considerando que se tratava de empresas que são o motor da economia portuguesa, responsáveis pela criação de noventa por cento dos empregos. Acrescentou que lhe parecia que se estava numa inversão de ciclo, apesar das grandes dificuldades das pessoas que estão desempregadas e dos muitos que tem emigrado, com os quais referiu estar solidário, considerando contudo que as ofertas líquidas de emprego tem vindo a aumentar. -----

Mais referiu que o Orçamento de Estado para 2014 seguia a senda do não aumento dos impostos, procurando cortar na despesa, apesar da curta margem existente, tendo em conta que 90% dos recursos são para gastos sociais. -----

Concluiu, referindo que com a Constituição da República em vigor, criada num momento importante de liberdade no País, este já tinha sido resgatado três vezes, não querendo com isto dizer que a Constituição tenha que ser mudada, mas deverá haver a capacidade de perceber que para assegurar o Estado Social o País terá que produzir mais, acrescentando que para se atingir o nível de endividamento de há oito anos atrás, o qual se situava em 60% do PIB, será necessário um ritmo de crescimento da economia acima dos 3%, até 2040. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, começando por referir que lhe causava algum incómodo que se argumentasse que os encargos com as prestações sociais constituíam o grande problema do País, quando existia um buraco de biliões de euros relativo às PPPs – Parcerias Público Privadas, as quais eram verdadeiros casos de polícia e que resultaram de políticas onde imperou uma promiscuidade incrível, sem estudos de mercado e contra todos os princípios plasmados na atual Lei-quadro das mesmas, cujos contratos foram assinados por pessoas da família política do Senhor Pedro do Ó Ramos, e também pelo PS. -----

Relativamente à situação do desemprego, referiu não compreender que alguém fique animado com uma percentagem de 17% de desempregados, dado que se tratava de uma taxa recordista que representava uma autêntica catástrofe para todas as camadas sociais do País. -----

Quanto ao aumento do consumo interno e à diminuição do número de desempregados, considerou que estes indicadores se deviam a efeitos sazonais e que se tratava da criação de emprego precário, remunerado abaixo dos quatrocentos euros, valor que não permitia às pessoas cumprirem com os seus compromissos financeiros, garantirem a sobrevivência dos seus filhos e viverem de uma forma digna, para além de que uma grande percentagem dos empregos eram a recibos verdes, e as pessoas viviam permanentemente aterrorizadas com receio de serem dispensadas. -----

Mais referiu que se tratava de uma autêntica sangria o que a sua geração estava vivendo, sendo poucos os que conseguiam emprego, acrescentando que muitos eram obrigados a emigrar para países que dizem querer ajudar Portugal, como a Alemanha, e que se aproveitavam desta geração qualificada, formada no País, a qual vai entregar todo o seu potencial fora das fronteiras. -----

Referiu ainda que a reforma do IRC poderá ser importante, mas que era preciso sinalizar o esforço que as famílias estavam a fazer, o que não passava por medidas como a da Taxa Social Única (TSU), a qual consistia na transferência direta de um encargo dos patrões para os empregados, considerando que se tratava de uma mudança de paradigma social, uma declaração de princípio e de ideologia. -----

No referente à Constituição da República, considerou que estava gasto o argumento de que a mesma estava ultrapassada, pela quantidade de vezes que tem sido repetido por alguns políticos, esperando que tal posição nunca venha a ter acolhimento na Assembleia da República, lembrando a decisão que o Tribunal Constitucional tinha tomado, no dia anterior à data da presente sessão, sobre medidas legislativas que não cumpriam com os princípios nela consagrados, acrescentando que a Constituição é para ser respeitada e que o Povo português não dará cobertura a tais argumentos. -----

Interveio o Senhor João Saraiva de Carvalho, eleito da CDU, referindo que, havia trinta anos atrás, o País importava materiais de vários países para a indústria portuguesa, onde eram transformados pela mão-de-obra existente, constituindo uma mais-valia importante para a economia nacional. Acrescentou que o que tem vindo a acontecer é que o País deixou de ser um colaborador produtivo da Europa para se transformar num mero consumidor. Mais referiu que noventa por cento do peixe que consumimos era importado, porque grande parte de nossa frota foi abatida e os nossos barcos vão descarregar a Vigo, onde o vamos buscar. -----

Referiu também que as fábricas que laboravam no País (Opel, ITT, Signetics, Texas, Siemens, Quimonda), entre outras, foram encerradas e/ou deslocalizadas, acrescentando que foram dezenas as unidades produtivas da indústria ligeira e da indústria pesada que deixaram de operar no País, e que a deslocalização de empresas não aconteceu por culpa da mão de obra portuguesa, da produtividade dos trabalhadores, mas sim, nalguns casos, pelo peso que representava a fatura de energia nos custos de produção e também porque os transitários eram muito caros. -----

Referiu ainda que considerava importante que a Comunidade Europeia contribuísse para corrigir esta situação, por forma a voltarmos a ser agentes produtivos e deixarmos de comprar o produto acabado que precisamos e podemos produzir no País. -----

Interveio novamente o Senhor Pedro do Ó Ramos, começando por referir que a descida do desemprego não era sazonal, dado que esta tendência se observava havia oito meses consecutivos, sendo que a taxa de desemprego, embora alta, se situava atualmente nos 15,6%. -----

Mais referiu que gostaria de salientar alguns indicadores positivos, nomeadamente o crescimento das exportações acima dos 40% e que se estimava que atingisse os 45%, em 2015, e os rendimentos na agricultura que subiram 4,5%, enquanto a média europeia se situou em 1,5%. -----

Acrescentou que se tem observado outros indicadores positivos nomeadamente na indústria do calçado, nos têxteis, na biotecnologia, na agricultura e na reparação naval, referindo que no dia anterior à data da presente reunião tinha visitado a Lisnave, o qual foi considerado o quinto melhor estaleiro naval do mundo. Referiu ainda o aumento das quotas de pesca, pelo terceiro ano consecutivo, considerando que se estava numa inversão de ciclo e que era preciso continuar a investir na capacidade produtiva do País. Referiu também que a economia baseada no consumo tinha sido um erro e que era preciso investir para converter a economia do País, acrescentando que, durante anos, o que se andou a fazer foram contractos de Parcerias Público Privadas (PPPs), sendo que nos governos de Cavaco Silva foram contratadas duas, nos de António Guterres sete, no de Durão Barroso três e no de José Sócrates 14, enquanto o atual governo não efetuou qualquer contrato deste tipo e taxou as PPPs, reduzindo assim os seus custos financeiros. -----

Mais referiu que lhe fazia confusão o facto de se reclamar por causa da taxa elevada de desemprego, quando 40% das ofertas nos centros de emprego não eram preenchidas, porque as pessoas não as aceitam, não queriam trabalhar, sobretudo no que respeitava a

lugares na agricultura e na restauração, sendo necessário recorrer a mão de obra estrangeira, acrescentando perceber que era mais confortável as pessoas ficarem em casa vivendo com os subsídios do Estado. Mais referiu que havia países, no leste da Europa, cujo subsídio de desemprego tinha somente a duração de três meses, obrigando assim as pessoas a procurarem e aceitarem os empregos existentes, situação que referiu não defender, mas considerava que era preciso vencer a inércia resultante do atual sistema.

Referiu ainda que era preciso perceber que se estava, efetivamente, numa inversão de ciclo, com o crescimento da economia em dois trimestres consecutivos, tendência que se perspectivava também para o último trimestre do ano em curso. -----

O Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, referiu que o País aderira à Comunidade Económica Europeia (CEE), na perspectiva de encontrar um novo horizonte, mas o que encontrara e que prevalecia sobre tudo era o horizonte da finança, acrescentando que Portugal teve algumas contrapartidas da União Europeia, mas deixou de produzir. -----

Mais referiu que o Senhor Pedro do Ó Ramos visitara a Lisnave, mas não pode visitar a Siderurgia, a Siemens entre outras empresas fundamentais para a economia, porque fecharam, acrescentando que, com a entrega das quotas da pesca, da agricultura e de alguma indústria, o futuro do País foi hipotecado sem que e ninguém tenha sido responsabilizado por isso. -----

Referiu também que os bancos abriram as portas às pessoas sem quererem saber se elas podiam pagar os empréstimos que contraíam, e que, agora, tínhamos um resgate financeiro para tirar dinheiro aos mesmos; aos que trabalham, à função pública, aos que perderam os empregos e até às pensões das pessoas que descontaram uma vida inteira, o que considerava uma vergonha, “*e para quê? Para injetar no Capital.*” Acrescentou que os ricos estavam mais ricos enquanto os pobres ficavam sem recursos para as suas necessidades básicas, sendo este o País real que temos, considerando assim muito difícil ver a luz ao fundo do túnel. -----

Referiu ainda que um País que não produz não tem futuro, e que num País onde as pessoas não têm meios nem para adquirir os bens de consumo fundamentais, não é possível estimular as empresas a produzirem e, conseqüentemente, dinamizar a economia. -----

Mais referiu que havia uma grande diferença entre aqueles que querem o desenvolvimento da economia, um país que produza, e os que só se preocupam com a finança. Acrescentou que não valia a pena apontar o dedo ao PS, o qual todos sabiam que teve grandes responsabilidades na situação a que se chegou, mas que foram sobretudo as pessoas ligadas ao PSD, as que permitiram a corrupção no BPN e noutros setores de atividade que deram cabo do País, pelo qual estamos a pagar. -----

Referiu também que só havia uma forma para inverter a situação, a qual passava pela alteração das políticas, sendo necessário a participação de todos para o fazer, porque o Governo PSD/CDS, não ouvia ninguém e fazia chantagem com o Povo no que respeitava à Constituição da República, como se esta fosse *um crime de lesa pátria*, quando era ainda quem nos defendia. -----

Mais referiu que as pessoas não podiam aceitar este tipo de argumentação falaciosa que todos os dias lhes entrava pela casa dentro através das televisões, referindo mais uma vez que era urgente inverter estas políticas. -----

O Senhor João Pereira, eleito do PS, referiu que se vivia uma situação complicada e preocupante, do ponto de vista social, com as situações que estavam a ocorrer no País.

Mais referiu, a propósito dos 40% de vagas por preencher nos centros de emprego que o Senhor Pedro do Ó mencionara, que tinha feito uma pesquisa na internet sobre a oferta de empregos por parte de algumas empresas e verificara que ofereciam um salário de

quatrocentos e oitenta e cinco euros mensais aos colaboradores que pretendiam recrutar, os quais teriam que dominar o inglês e o francês, possuir conhecimentos de informática e mais uma série de conhecimentos específicos, acrescentando que não era fácil para alguém que tivesse alguma auto estima e com as qualificações exigidas, decidir aceitar este tipo de empregos com um salário tão baixo, apesar da situação delicada que se vivia no País e não só, dando como exemplo o encerramento da empresa Carbogal, recentemente anunciado, a qual será deslocalizada para a Polónia, onde os salários são mais baixos. -----

Relativamente à questão dos apoios sociais, referiu que conhecia pessoas que procuravam resolver as suas vidas sem o recurso ao subsídio de desemprego. -----

No que respeitava às preocupações sobre a dinamização da economia e o apoio às empresas, manifestadas pelo Senhor Jaime Cáceres, referiu que iria colocar esta questão ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, no que ao Município dizia respeito. -----

Interveio o Senhor José Sucena, eleito da CDU, referindo que depois de ouvir a intervenção do Senhor Pedro do Ó Ramos relativamente à Constituição da República, *a qual contem aqueles resquícios do 25 de Abril que foi algo horrível que aconteceu no País que até produziu aquela Constituição*, acrescentou que a mesma até já tinha sido alvo de algumas alterações, mas parecia que ainda não era suficiente, lembrando que, em dois mil e onze, o Presidente do Partido do Senhor Pedro do Ó, Passos Coelho, fez mais uma tentativa para alterar o seu texto, o que deixara cair, porque não teve o cordo necessário do PS, dado que são necessários dois terços dos deputados para alterar a Constituição. Contudo, acrescentou que havia uns senhores, treze senhores, que insistiam em dizer que eram as leis do Governo que tinham que se submeter à Constituição e não o contrário, *e continuavam a afirmar esta barbaridade do sistema democrático*. -----

Relativamente aos quarenta por cento de vagas nos centros de emprego, as quais os desempregados não aceitam, *porque este Povo é assim*, obrigando ao recrutamento de estrangeiros e, *porque nós somos assim*, parecia-lhe que esta situação poderia dar início a uma nova questão, ou seja, *substitua-se o Povo*. -----

A Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referiu que gostaria de fazer um breve esclarecimento relativamente ao número de PPPs, começando por recordar que as mesmas foram iniciadas, em mil novecentos e noventa e dois, com o contrato da Luso Ponte, o qual hoje seria ilegal e considerado um crime financeiro, acrescentando que o mesmo obrigou a sete ou nove operações de reequilíbrio financeiro, ruinosas para o interesse público. -----

Lembra ainda que, antes da lei quadro das PPPs, o ex – 1º Ministro Durão Barroso lançou um série de PPPs na área da Saúde, com encargos astronómicos, algumas das quais, felizmente, não se chegaram a concretizar, devido aos elevados encargos previstos. -----

Concluiu, referindo que nos quarenta anos de democracia no País, os governos tem sido divididos entre três partidos, PSD, CDS e PS, pelo que, discordava que se viesse agora dizer que o PS era o grande responsável da situação a que se chegou. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** de Moção a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte votos a favor, sendo dezanove dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C.

Madeira dos Santos, António Albino, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Joaquim António Gonçalves, Nuno Miguel da Silva Francisco e Vanda Isabel Saramago Pires Correia, e um da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe.-----

Cinco abstenções, dos eleitos do PS, senhores Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante. -----

Um voto contra, do eleito do PSD, Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos.-----

**JUSTIFICAÇÃO DE VOTO:** Pelo Senhor João da Silva Pereira, eleito do PS, foi feita a seguinte declaração de voto: “A bancada do PS absteve-se devido ao conteúdo do ponto um da proposta de Moção, por entenderem que as autarquias também deviam ter uma quota-parte de responsabilidade pela forma como gerem os seus meios financeiros, parecendo que a culpa da gestão das autarquias era do Estado, quando as pessoas que estavam nas autarquias as deviam gerir de forma a prevenir situações relativamente ao futuro.”-----

-----  
**Pelo Senhor Rui Madeira, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:**-----

**“MOÇÃO**-----

**Sobre o aumento do número de efetivos da GNR nos Postos Territoriais do Alvalade e Ermidas-Sado**-----

Há muito tempo que se reconhece que os Postos Territoriais da Guarda Nacional Republicana de Alvalade e das Ermidas-Sado, têm sido fator essencial para garantir a segurança das populações do interior do município de Santiago do Cacém. -----

Desde sempre tem existido uma colaboração entre a administração local, e o poder central relativamente ao apoio e manutenção dos edifícios que asseguram o atendimento às populações e alojamento dos militares.-----

A proximidade existente entre os militares da GNR e as populações tem sido um fator que tem garantido níveis de segurança que contribuem para a existência de paz social nas comunidades.-----

Na última década o desinvestimento nas forças de segurança, por parte do governo central, tem atingido de forma alarmante o funcionamento dos postos territoriais da GNR, nomeadamente em Alvalade e Ermidas-Sado, devido não só a condições precárias nos veículos e maquinaria, mas essencialmente ao número de efetivos que diminuíram drasticamente em ambos os postos. -----

Esta situação alterou preponderantemente os níveis de atuação das forças de segurança, nomeadamente no que diz respeito ao patrulhamento da área de intervenção, que envolve as freguesias de Alvalade, São Domingos, Ermidas-Sado e Abela, num total de 595 Km2, com apenas 7 efetivos da GNR em cada Posto territorial. -----

Uma resposta mais lenta em caso de emergência e menos homens no terreno são fatores que propiciam o aumento da criminalidade. -----

Considerando que, -----

Após ser do conhecimento público que o comando do destacamento territorial da GNR de Santiago do Cacém pretende encerrar parcialmente os postos territoriais de Alvalade e Ermidas-Sado, fixando um horário entre as 9h00 e as 17h00, apenas para atendimento ao público, com o argumento de solucionar o problema de falta de patrulhamento destas duas zonas do Município de Santiago do Cacém, **a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 20 de dezembro de 2013 delibera:** -----



a) Repudiar, desde já, veementemente, que se considere o eventual **encerramento parcial** dos postos territoriais da GNR de Alvalade e Ermidas Sado, como a medida necessária para resolver o problema de falta de patrulhamento da região.-----

b) Refutar a medida apresentada pelo comando territorial de Santiago do Cacém, como sendo um primeiro passo para o **encerramento definitivo** dos Postos da GNR de Alvalade e Ermidas-Sado, À semelhança do que já aconteceu noutras freguesias do município. -----

c) Exigir da Tutela o reforço com **mais efetivos militares** para os Postos Territoriais da GNR de Alvalade e de Ermidas-Sado, como a medida necessária para a resolução do problema de falta de patrulhamento da região. -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém reitera a sua posição junto do MAI, para que se resolva a situação dos Postos Territoriais da GNR de Alvalade e Ermidas-Sado, por forma a que os mesmos sejam reforçados com mais efetivos Militares.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou, de imediato, a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezanove dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, António Albino, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Joaquim António Gonçalves, Nuno Miguel da Silva Francisco e Vanda Isabel Saramago Pires Correia, cinco dos eleitos do PS, senhores Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, e um da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe.

Uma abstenção, do eleito do PSD, Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos. -----

**JUSTIFICAÇÃO DE VOTO:** Pelo Senhor Pedro do Ó Ramos, foi feita a seguinte declaração de voto: “Concordo com a Moção apresentada e só não a votei favoravelmente porque discordo do conteúdo da alínea b), dado considerar que se trata de mera especulação o encerramento daqueles postos da GNR.” -----

**Pela Senhora Teresa Alves, em representação dos eleitos da CDU foi prestada a seguinte “INFORMAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL SOBRE A SITUAÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE NO HOSPITAL DO LITORAL ALENTEJANO E CENTROS DE SAÚDE:** -----

É do conhecimento geral da população de STC os serviços prestados no Hospital do Litoral Alentejano, bem como nos Centros de Saúde de todo o Concelho.-----

No princípio do ano de 2013 a presidente da Assembleia Municipal de STC (Paula Lopes), pediu uma reunião à presidente do Conselho de Administração do HLA. Até hoje e depois de vários telefonemas efetuados pela presidente da Assembleia Municipal, esta reunião nunca foi agendada, por parte da administração hospitalar. -----

No passado dia 17/12/2013 após várias tentativas por parte dos sindicatos, para se resolver a falta de profissionais de saúde, organizou-se uma manifestação junto ao HLA, para se consagrar o que está inscrito na Constituição da República Portuguesa, Serviço Nacional de Saúde um direito para todos. -----

**INFORMAÇÕES DADAS PELA SRª PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO HLA**-----

A presidente do Conselho de Administração do HLA nesse mesmo dia, recebeu 1 delegação das estruturas representativas dos profissionais da saúde e utentes. -----  
Nessa reunião a presidente afirmou:-----  
Faltam 50 médicos na unidade de saúde do Litoral Alentejano, Centros de Saúde e HLA e ainda no hospital faltam 20 assistentes operacionais.-----  
Foram realizadas 65.000h extraordinárias pelos médicos tarefeiros. -----  
Se o Estado português deixar de ter o protocolo com Cuba para a vinda de médicos, o Litoral Alentejano ficará lesado e metade da população ficará sem médico de família.---  
Hoje cerca de 25% da população do Concelho de STC já estão sem médico de família. -  
Há obras previstas para o HLA, urgências e unidade médico-cirúrgica entre outras.  
**ESTAS OBRAS ESTÃO PREVISTAS HÁ 4 ANOS.** -----  
Admite que as extensões encerradas não venham a ser reabertas. Extensões que são, S. Bartolomeu da Serra, S. Francisco da Serra e Deixa-o-Resto.-----  
São precisas obras na extensão de Saúde de Alvalade. -----  
Em 15/09/1979 foi criado o Serviço Nacional de Saúde e foram colocados médicos na periferia. Hoje estes médicos já se reformaram e não foram substituídos no mesmo rácio. -----  
Foi aberto concurso para 50 médicos e só 1 lugar foi ocupado por um médico internista no HLA. -----  
Faltam enfermeiros nos centros de saúde e HLA. -----  
**INFORMAÇÕES DADAS PELOS OPERACIONAIS DE SAÚDE DA REALIDADE DO DIA A DIA** -----  
No serviço de Cirurgia os enfermeiros trabalham sistematicamente 16 h porque não há enfermeiros.-----  
No serviço de Urgência há enfermeiros que têm folgas acumuladas por trabalho em feirado desde 2008. -----  
Nos serviços de Urgência existem 6 enfermeiros a prestar cuidados, quer entrem 30 ou 300 doentes.-----  
No serviço Cirurgia Ambulatória deveriam estar 5 enfermeiros, mas funcionam apenas 2.-----  
Existem serviços em que 1 enfermeiro tem de tomar conta de 15 doentes e não é substituído para o período das refeições. -----  
Na Unidade de Cuidados Paliativos desde há 2 anos os enfermeiros trabalham 160/4 semanas sem pagamento das horas extraordinárias, de salientar que neste serviço existe 1 enfermeiro durante a noite para 25 utentes. -----  
Às enfermeiras grávidas é pedida a sua substituição depois de terem os filhos, mas como o processo é muito moroso os serviços estão vários meses sem estes profissionais.-----  
São marcadas ao sábado consultas para 40 utentes para serem vistos em 5 horas. -----  
Neste mês de dezembro estão a realizar-se centenas de cirurgias, incluindo ao fim de semana para compensar a gestão menos boa que foi feita ao longo do ano, o que obriga os profissionais de saúde a trabalharem sem descanso.-----  
Hoje, dia 20/12/2013, foi realizada uma reunião com os enfermeiros e a Administração do HLA onde foi dito aos enfermeiros que vão ser feitos contratos onde será pago o salário mensal de 1.000.00 € com 40/semanas. **Depois dos descontos ganham cerca de 4€ à hora.** -----  
A Administração disse que vai tentar resolver alguns assuntos que estão pendentes. ----  
Os enfermeiros estão a ser mal pagos. -----  
**PERANTE A SITUAÇÃO DESCRITA A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE STC REUNIDA DIA 20/12/2013 DECIDE:** -----

Continuar a defender o Serviço Nacional de Saúde. -----  
Exigir que se concretize a reunião solicitada pela Presidente da Assembleia Municipal de STC com a Administração do HLA.-----  
Que sejam colocados mais médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar no HLA e Centros de Saúde.-----  
Intervir perante o Ministério da Saúde, ARS Alentejo para que seja dada resposta adequada às necessidades dos serviços de saúde e dos utentes.-----  
Solidarizar-se com a luta do Sindicato do Enfermeiros por condições dignas de trabalho e dos utentes, por melhores serviços de saúde com qualidade.-----  
Os eleitos da CDU.”-----  
A Senhora Presidente colocou o assunto para discussão.-----  
Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, referindo que antes da atual administração tomar posse o HLA era o Hospital com maior atraso nos pagamentos, acrescentando que o Governo e a Administração Regional de Saúde conseguiu dotar o mesmo com mais meios financeiros, pelo que, a dívida tem vindo a ser reduzida, nomeadamente às associações de bombeiros, e que o Hospital não tem vindo a fazer mais dívida, resultado de um trabalho difícil de gestão do Conselho de Administração daquela entidade.-----  
Mais referiu que existia um sistema anacrónico no país relativamente à colocação de médicos, com a concentração destes profissionais nos grandes centros urbanos, assunto que já abordara com responsáveis do Governo, acrescentando que era preciso encontrar uma solução para a resolução do problema, a qual estava a ser estudada.-----  
Referiu ainda que era preocupante o facto de só ter sido preenchido um lugar, dos cinquenta que estavam a concurso, num Hospital que dista pouco mais de uma hora de Lisboa, acrescentando que este problema tinha a ver com o regime de mobilidade que, embora aplicado a outros profissionais, não tem sido possível concretizar no caso dos médicos, devido à oposição de um “lobby” poderoso.-----  
Referiu também que gostaria de destacar que o Ministro da Saúde deste Governo conseguiu, em dois anos, uma redução da dívida no setor da saúde, na ordem dos três mil milhões de euros, o que considerava notável, assim como a redução drástica do preço dos medicamentos para as pessoas mais idosas.-----  
Acrescentou que o atual Governo também aumentou as pensões mais baixas e que os cortes efetuados atingiram somente dez por cento dos pensionistas.-----  
Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a votação as **propostas** constantes na informação, as quais foram **aprovadas por maioria**, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezanove dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, António Albino, Jaime António Pires de Cáceres e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Pedro Miguel Pereira Gamito, Joaquim António Gonçalves, Nuno Miguel da Silva Francisco e Vanda Isabel Saramago Pires Correia, cinco dos eleitos do PS, senhores Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, e um da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe.-----  
Uma abstenção, do eleito do PSD, Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos.-----  
-----

**Pelo Senhor Vítor Paulo de Jesus Barata, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção. -----**

**“MOÇÃO -----**

A coberto e a pretexto do Pacto de Agressão (que PS, PSD e CDS assinaram com o FMI e a União Europeia), o Governo tem em curso, na continuidade de orientações e opções adotadas ou tentadas em momentos anteriores, um salto qualitativo na ofensiva contra o poder local democrático. -----

Um ataque que significaria, a ser levado até ao fim, uma completa descaracterização dos elementos mais progressistas e avançados do Poder Local, a liquidação do que ele representa enquanto conquista de abril. Um ataque dirigido para asfixiar financeiramente o Poder Local impondo não apenas a redução dos serviços que as autarquias prestam às populações mas também uma forma indireta de roubar recursos e meios que lhes seriam devidos, como está patente no novo regime financeiro das autarquias locais e na proposta de OE para 2014. -----

Um projeto de liquidação da autonomia administrativa do Poder Local que dá a dimensão exata do modelo que o Governo ambiciona impor assente na transformação das autarquias em meras dependências da administração central, desprovidas de meios e competências, à maneira de antigamente. -----

Um projeto de agressão ao Poder Local que, afrontando a Constituição da República Portuguesa é, na sua essência, um programa de agressão ao País, às populações e às suas condições de vida, indissociável da liquidação de direitos e de serviços essenciais que a política de direita vem prosseguindo, condenando ao declínio muitos municípios e freguesias. -----

O processo de liquidação das freguesias, ao qual se soma já o explícito objetivo de eliminação de municípios, é parte integrante desta ofensiva contra o Poder Local e desta agressão às populações. Empobrecimento democrático, destruição de emprego público, enfraquecimento da representação dos interesses e aspirações das populações que a presença de órgãos autárquicos assegura – são estes os objetivos que o Governo prossegue, conduzindo ao aprofundamento das assimetrias e perda de coesão (territorial, social e económica), ao abandono ainda maior das populações, ao acentuar do despovoamento ausência de resposta aos interesses populares e à satisfação das suas necessidades. -----

Ao contrário do “reforço de coesão” que cinicamente anunciam, os efeitos dos processos de aglomeração são, como comprovadamente se conhece, adversos à coesão.

Em vez da enunciada “melhoria da prestação dos serviços públicos” proclamada pelos coveiros do Poder Local, resultam arbitrariamente centenas de territórios, muitos deles distando dezenas de quilómetros da sede das novas freguesias, desprovidos da proximidade capaz de dar resposta a um conjunto de solicitações e necessidades. -----

Após as eleições autárquicas verifica-se no concreto que esta junção de freguesias prejudica e muito as populações. -----

A luta em defesa das freguesias, e a mobilização popular para devolver às populações as Juntas de Freguesia e a sua identidade, deve continuar até que estas sejam repostas. Esta é uma luta que não pode parar e será também um contributo para derrotar este Governo e abrir caminho à construção de uma política alternativa capaz de dar solução aos problemas do País, devolver aos trabalhadores e ao povo rendimentos e direitos roubados, reafirmar o Poder Local com a sua dimensão democrática. -----

**Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em vinte de dezembro de dois mil e treze decide:-----**

1º Manifestar aos Grupos Parlamentares a sua profunda discordância com a Lei por destruir a identidade das diversas comunidades e prejudicar fortemente as populações e exigir que se adotem as medidas legislativas necessárias à devolução das freguesias ao povo. -----

2º Exortar a ANAFRE e as suas estruturas distritais, assim como as plataformas e movimentos em defesa das freguesias, ao prosseguimento do protesto contra a destruição das freguesias e a exigência da sua reposição.”-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor João Pereira, eleito do PS, referindo que como não tinham sido distribuídas fotocópias do documento e porque da sua parte tinha havido alguma desatenção durante a leitura do mesmo, embora os restantes membros da sua bancada tenham estado atentos, considerou que desta forma era difícil analisar o texto e sugerir alterações. Contudo, acrescentou que tinham retido um conjunto de palavras que lhes pareceram demasiado calorosas, sugerindo a utilização de uma linguagem mais urbana.

O Senhor Vítor Paulo Barata referiu que em relação às fotocópias de moções, elas seriam reproduzidas e distribuídas, quando a Assembleia Municipal deliberasse nesse sentido.-----

Relativamente à dureza das palavras, informou que não acatava a sugestão para a sua alteração, porque considerava que as coisas deviam ser chamadas pelos nomes. -----

Sobre a falta de atenção referida pelo Senhor João Pereira, sugeriu que na próxima vez estivesse mais atento, acrescentando que podia voltar a ler as partes do texto que o mesmo não escutara.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte votos a favor, sendo dezanove dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, António Albino, Jaime António Pires de Cáceres e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Pedro Miguel Pereira Gamito, Joaquim António Gonçalves, Nuno Miguel da Silva Francisco e Vanda Isabel Saramago Pires Correia, e um da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe.-----

Seis votos contra, sendo cinco dos eleitos do PS, senhores Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, e um do eleito do PSD, Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos. -----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo Senhor João Pereira, eleito do PS, foi feita a seguinte declaração de voto: “A bancada do PS vota contra porque não teve o documento por escrito para o poder analisar.”-----

-----  
**Pelo Senhor Jorge Magrinho, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção: -----**

**“MOÇÃO -----**

**Contra a Lei das 40 horas-----**

Os eleitos da Assembleia Municipal de Santiago do Cacém estão contra a Lei da 40 horas semanais de trabalho na Administração Pública/Local, impostas pelo Governo PSD/CDS. -----

Consideramos negativa para os direitos dos trabalhadores e para a organização dos serviços da Administração Pública/Local. Colocar os trabalhadores com um horário 40 horas. Alias, todos conhecemos diversos setores (designadamente a Banca, os Seguros e outros setores de serviços administrativos) com horário de 35 horas semanais ou noutros casos, inferiores a 40 horas. Por outro lado, Portugal é um dos países da UE com uma das maiores jornadas de trabalho.-----

A aplicação do horário de 40 horas, não conduz ao aumento de produtividade, até obriga a mais despesas de funcionamento, com serviços abertos durante um maior período. Esta medida coloca os trabalhadores numa situação de instabilidade na sua vida pessoal e profissional, o aumento do horário de trabalho diminui o valor /hora, e por isso uma desvalorização Salarial, causando uma forte desmotivação nos trabalhadores.-----

Não é com esta política que se resolve a situação do país, mas sim valorizando quem trabalha. A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém está solidária com a luta dos trabalhadores contra a Lei das 40 horas, não aceita o retrocesso e defende a reposição do horário de trabalho das 35 horas semanais.-----

**Assim, A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém reunida a 20 de dezembro de 2013 delibera:-----**

- Apoiar a luta dos trabalhadores contra a Lei das 40 horas na Administração Pública/Local; -----

- Exigir ao Governo para que retire a Lei das 40 horas semanais e reponha a Lei 35 horas;-----

- Apelar junto da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, de fazer de tudo para não aplicar a Lei das 40 horas. -----

A enviar ao Presidente da República, Primeiro Ministro, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Direção da Frente Comum, Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, Órgãos da Comunicação Social nacional e regional.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referindo que saudava a Moção apresentada e sugeriu que, de acordo com o previsto na alínea k) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75.º/2013, de 12 de setembro, relativo a competências da Assembleia Municipal, fosse feita uma recomendação à Câmara Municipal no sentido da não aplicação/revogação do aumento do horário de trabalho dos funcionários ao serviço do Município.-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual informou que era frontalmente contra a aplicação da Lei das 40 horas e que tinha sido assumido pela Câmara Municipal, num plenário com os trabalhadores do Município, que tudo seria feito, dentro da legalidade, no sentido da não aplicação da mesma, tendo em conta a prerrogativa do Tribunal Constitucional que estabeleceu as quarenta horas como limite máximo.-----

Acrescentou que, no cumprimento da legalidade, tinha feito um despacho no sentido da aplicação daquela lei, tendo o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local intentado uma Providência Cautelar no Tribunal Administrativo de Beja, suspendendo assim a eficácia do mesmo, pelo que, fez um novo despacho no sentido da continuidade do horário das trinta e cinco horas. -----

Mais informou que, em simultâneo, prosseguiram as negociações com o Sindicato sobre o Acordo Coletivo de Entidades Empresariais Públicas (ACEEP), o qual contempla a manutenção do horário de trabalho em vigor.-----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, referindo que era conhecida a posição da maioria das câmaras municipais do Distrito de Setúbal, no sentido de

manterem as trinta e cinco horas semanais de trabalho, com a qual discordava, acrescentando que a lei aprovada estabelecia as 40 horas como limite máximo. ----- Mais referiu que quando o Tribunal Constitucional decidia contra as leis do Governo era glorificado e considerado legal. Contudo, no dia seguinte à aprovação da Lei das quarenta horas, os sindicatos reagiram contra a mesma, ocupando alguns ministérios. --- Referiu ainda que a grande maioria dos trabalhadores do setor privado tem um horário de quarenta horas, considerando que todos ganhariam se as cinco horas em causa fossem colocadas ao serviço da população, acrescentando que havia câmaras que no período do verão faziam um horário contínuo, encerrando às quinze horas, o que obrigava a uma concentração dos utentes nos serviços, no período da manhã. -----

O Senhor Jorge Magrinho, eleito da CDU, referiu que, a nível da Europa, Portugal era o País onde o período de horário de trabalho era maior, fator que não influía positivamente no índice de produtividade, ao contrário do que se verificava noutros países, dando como exemplo a Alemanha, onde se trabalhavam menos horas e a produtividade era maior, acrescentando que o aumento da produtividade estava diretamente relacionado com a motivação dos trabalhadores, para o qual não concorria um aumento da carga horária, os baixos salários, a perda de regalias, a exploração e a insegurança, resultantes das medidas tomadas pelo Governo.-----

Acrescentou que os eleitos da CDU querem um serviço público de qualidade, mas também querem funcionários públicos motivados, não aceitando este aumento da carga horária.-----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que gostaria de precisar que na Alemanha o horário de trabalho semanal era de 38,5 horas e que passou para 40 horas. -----

Interveio novamente a Senhora Joana Filipe, começando por referir que a finalidade do diploma que prevê o aumento da semana de trabalho para 40 horas era mais uma tentativa no sentido do corte da despesa pública através do despedimento de funcionários, considerando que não era promovendo o aumento do horário de trabalho que se ia melhorar os serviços.-----

O Senhor Joaquim Gamito, eleito da CDU, referiu que gostaria que alguém lhe explicasse como era possível reduzir o desemprego no País com o aumento do horário de trabalho e o aumento da idade da reforma, acrescentando que também não era esta a forma de aumentar a produtividade.-----

Mais referiu que estava inteiramente de acordo com a luta das pessoas pelos direitos adquiridos, com muito esforço, por entender que não se deve regredir nesta e noutras matérias.-----

O Senhor João Saraiva de Carvalho, eleito da CDU, referiu que tem refletido muito sobre a situação dos horários da Função Pública e os serviços prestados à comunidade, chegando à conclusão de que seria positiva a opção por um sistema de turnos de seis horas, o que permitiria uma maior rentabilização do posto de trabalho, a abertura dos serviços mais cedo e o encerramento mais tarde, bem como o aumento da produtividade, tendo em conta as *curvas de cansaço* dos trabalhadores. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** de Moção a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor, sendo dezanove dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, António Albino, Jaime António Pires de Cáceres e Vítor

Paulo de Jesus Miguel Barata, Pedro Miguel Pereira Gamito, Joaquim António Gonçalves, Nuno Miguel da Silva Francisco e Vanda Isabel Saramago Pires Correia, três de eleitos do PS, senhores João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, e um da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe. Duas abstenções de eleitos do PS, senhores Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro.-----

Um voto contra do eleito do PSD, Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos. ----

-----  
**Pelo Senhor Jorge Magrinho, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção: -----**

**“MOÇÃO -----**

**Contra o encerramento da empresa Carbogal -----**

É com enorme preocupação que os eleitos da Coligação Democrática Unitária receberam a notícia da intenção da Administração da empresa Carbogal de vir a encerrar a mesma. Em causa estão 40 postos de trabalho diretos e 50 indiretos e o futuro dessas famílias. Apesar da fábrica da Carbogal, se localizar no Conselho de Sines. A grande maioria dos trabalhadores reside no município de Santiago do Cacém. -----

As multinacionais que operam em Portugal, quando decidem encerrar ou diminuir o número de trabalhadores ao seu serviço, recorrendo a despedimento coletivos, mentem quando invocam os previstos motivos de mercado, estruturais e económicos, na qual se enquadra a Carbogal. -----

De facto são os interesses de negócio e de lucro, que as leva a despedir, a deslocalizar as fábricas ou a sua produção para outros países (no continente europeu ou fora deste) desprezando a atividade económica e a realidade social de Portugal onde se encontram instaladas, ganhando milhões e beneficiando de apoios e incentivos europeus, nacionais e locais. -----

As alterações da legislação laboral produzidas pelo atual Governo PSD/CDS, nomeadamente a drástica diminuição do valor das indemnizações, em caso de despedimentos, ainda facilitam mais o recurso ao despedimento coletivo.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém reunida em 20 de dezembro de 2013 delibera:-----

- Solidarizar-se com os trabalhadores da Carbogal e demonstrar desde já o seu apoio ao trabalhadores desta empresa na defesa do emprego e dos seus direitos; -----

- Condenar a atitude da administração da Carbogal; -----

- Exigir junto do Governo e do Ministério da Economia que faça recuar a administração da empresa Carbogal na sua tentativa de encerrar a fábrica;-----

- Exigir a manutenção dos postos de trabalho e a continuação da laboração da fábrica Carbogal; -----

- Manifestar total apoio a quaisquer formas de luta *legais* vindas a desenvolver pelos trabalhadores quer pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Atividade do Ambiente do Sul (SITE/SUL). -----

A enviar à *CIMAL*, Presidente da República, Primeiro Ministro, Ministro da Economia, Conselho de Administração da Carbogal, Trabalhadores da Carbogal, Direção do Sindicato dos trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Atividade do Ambiente do Sul (SITE/SUL) e Comunidade social nacional e regional.” -----

O Senhor Jorge Magrinho informou ainda que se tratava da única empresa que produzia o *negro de fumo* no País e que o seu encerramento obrigará à importação daquele produto da Alemanha, acrescentando não compreender como é que Portugal poderá sair da situação económica/financeira a que chegou, deixando de produzir. -----



-----  
A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----  
Interveio o Senhor João Pereira, referindo que os eleitos do PS concordavam com a Moção, na generalidade, sugerindo que a mesma fosse também enviada à Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL), tendo em conta que estava em causa uma empresa estratégica para o desenvolvimento da sub-região. -----  
Sugeri também que na frase do penúltimo parágrafo da proposta de Moção “...quaisquer formas de luta ...”, fosse retirado o termo *quaisquer*, considerando que se tratava de um termo muito abrangente que poderia dar cobertura a formas de luta não adequadas à situação. -----  
O Senhor Jorge Magrinho referiu concordar com a primeira sugestão, mas não com a segunda, considerando que lutar não significava que se adotassem formas violentas, acrescentando que, para quem lutava no dia-a-dia, esta palavra tinha muito significado, mas para quem não lutava não significa nada. -----  
A Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referiu que era importante que fosse obtida a unanimidade na votação da Moção, tendo em conta a matéria em causa, apelando para a cedência nas posições, como era próprio da democracia. -----  
A Senhora Isabel Contente, eleita da CDU, referiu que uma palavra podia fazer a diferença no contexto da frase, sugerindo que a mesma fosse lida com e sem a palavra em causa. -----  
Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, começando por referir que concordava com a sugestão de retirar o termo *quaisquer* do texto da moção, considerando que o mesmo podia dar cobertura a formas de luta com violência. -----  
Mais referiu a sua preocupação com o encerramento daquela unidade e a sua solidariedade com os trabalhadores, acrescentando que iria ter oportunidade de conhecer os pormenores da situação numa reunião com a Comissão de Trabalhadores daquela empresa que ia ter lugar na Assembleia da República. -----  
Referiu ainda que não concordava com o terceiro ponto da proposta de deliberação, porque o Governo não tinha mecanismos para impedir o encerramento da empresa, podendo somente sensibilizar a administração da mesma no sentido da não concretização daquela ação, acrescentando que lamentava a saída daquela empresa do País. -----  
A Senhora Marina Pedro, eleita do PS, sugeriu que se mantivesse a palavra em causa e que se acrescentasse o termo *legais*, a seguir a “...formas de luta...”, o que mereceu o acordo dos proponentes. -----  
Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezanove dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, António Albino, Jaime António Pires de Cáceres e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Pedro Miguel Pereira Gamito, Joaquim António Gonçalves, Nuno Miguel da Silva Francisco e Vanda Isabel Saramago Pires Correia, cinco dos eleitos do PS, senhores Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, e um da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe. Uma abstenção, do eleito do PSD, Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos. -----

**Pelo Senhor João Saraiva de Carvalho, eleito da CDU, foi apresentado a seguinte proposta de Moção: “Homenagem a Nelson Mandela -----**

Entendendo que a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém deve prestar homenagem ao Estadista e Humanista, Nelson Mandela, convido os restantes membros desta Assembleia a juntarem-se às seguintes propostas e reflexões: -----

Propostas: -----

1. Levar a efeito o recolhimento de um minuto de silêncio. -----

2. Aprovação da moção com o seguinte teor: -----

**MOÇÃO -----**

Nelson Mandela é uma referência consumada como um dos maiores Humanista Espiritualista, que a História conheceu. A heterogeneidade da sua cultura, permitiu-lhe ouvir e entender os outros e realizar o que a muitos parecia ser impossível, construir uma nação unida após longos anos de luta armada e segregação racial. -----

Conseguiu unir três pronomes pessoais singulares “eu, tu e ele”, num único pronome plural “Nós”, conseguiu, aos menos atentos, deixar a mensagem que Cristianismo e Marxismo, como ciências de comportamento, não são antagónicas, embora em patamares independentes, têm como objetivo final o “Homem”, como um ser integrado e integrador. -----

Nelson Mandela teve, na construção da nova África do Sul, a capacidade de perdoar com objetividade. Com o seu exemplo fez compreender aos seus adversários intelectuais a sua cultura humanista e espiritualista, ao nível nacional e internacional, convertendo-os aos ideais de igualdade, de liberdade e de democracia. -----

3. No dia do falecimento de Nelson Mandela, foi estreado em Londres um filme sobre a sua vida. Proponho que os Serviços Culturais da Câmara realizem duas iniciativas: agendar para o auditório António Chainho a apresentação do referido filme e seja adquirida uma ou mais cópias em DVD, para estarem disponíveis nas bibliotecas Municipais. -----

4. Que seja solicitado à Embaixada da África do Sul, com carácter seletivo, elementos biográficos a depositar igualmente nas Bibliotecas Municipais. -----

5. Que seja desenvolvido um debate cultural, com personalidades recomendadas, sobre a vida e obra intelectual de Nelson Mandela. -----

Dar conhecimento: -----

À Embaixada da África do Sul, aos órgãos de comunicação social local e nacional, aos órgãos de comunicação camarários e colocar nas redes sociais onde os Serviços Municipais estão envolvidos.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, referindo que falecera o melhor de todos nós, um humanista, um herói, um exemplo de vida, com uma capacidade notável de perdoar, que a todos devia servir de exemplo a seguir. -----

Relativamente ao texto da Moção, considerou que o mais importante era a proposta do voto de pesar, tendo em conta o percurso de vida de Nelson Mandela, com o qual todos deviam estar solidários, e pela perda que representava para a humanidade. -----

Mais referiu que não sendo marxista, era cristão, mas considerava que Nelson Mandela estava muito para além das questões do marxismo e do cristianismo referidas no preâmbulo da Moção, acrescentando que estas questões não foram nada importantes na vida de Nelson Mandela, porque não houve uma tónica ideológica na sua conduta, na

sua luta sem quartel pela igualdade entre os homens, para unir o seu país e solidificar o processo de paz. -----

O Senhor Rui Madeira, eleito da CDU, referiu que tinha uma opinião contrária à do Senhor Pedro do Ó Ramos relativamente à questão da importância do marxismo na formação da personalidade de Nelson Mandela e no seu percurso político, lembrando a sua ligação aos movimentos marxistas no Mundo, inclusive com o PCP, à ex - União Soviética e a Cuba, os países que mais apoiaram a sua luta e do ANC, do qual foi Presidente, contra o regime do *apartheid*, na Africa do Sul, assim como apoiaram outros povos africanos. -----

Acrescentou que Nelson Mandela foi um grande homem para a humanidade e que tinha uma grande característica ligada ao marxismo. -----

Interveio o Senhor João Pereira, eleito do PS, referindo que Nelson Mandela tinha uma grande visão humanista e que foi essa capacidade de compreensão do ser humano que o levou aos feitos que o engrandeceram. -----

A Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referiu que o texto da Moção era transversal a todas as forças politica com assento na Assembleia Municipal, independentemente das questões atrás abordadas, acrescentando que esta não seria a oportunidade para marcar uma posição politica. -----

Interveio novamente o Senhor Pedro do Ó Ramos, referindo não ter conhecimento de moções de homenagem a Nelson Mandela aprovadas por outras entidades que tenham destacado a questão do marxismo, acrescentando que o que devia ser relevado era o seu humanismo e a sua capacidade de perdoar, considerando aquela questão redutora, porque a sua dimensão como pessoa ia muito para além de qualquer ideologia politica.

Mais referiu que quando faleceram outros combatentes da liberdade que lutaram contra regimes comunistas violentos, não foi destacado seu combate e o seu anticomunismo. --

Sobre a questão que tem vindo a ser falada, da votação do Governo Português, na altura, de Cavaco Silva, nas Nações Unidas, sobre a situação na Africa do Sul e a prisão de Nelson Mandela, esclareceu que foram apresentadas duas moções no mesmo dia e que o Governo Português votara contra aquela que falava de luta e violência e votara a favor no que respeitava à libertação de Nelson Mandela, acrescentando que era preciso não esquecer que viviam muitos portugueses na Africa do Sul.-----

O Senhor José Sucena, eleito da CDU, referiu que Nelson Mandela estava acima das questões mencionadas, mas foi marxista, morreu marxista e foi cristão, acrescentando que foram ambas as formas de pensar que o levaram a ser o humanista que foi, e que o seu humanismo resultou do estudo sobre o marxismo e o cristianismo. Mais referiu que Nelson Mandela, enquanto Presidente do ANC, dirigiu a luta armada contra o *apartheid*, até ser preso, como marxista e não como cristão, considerando que contradizer esta realidade era branquear a História. -----

Interveio o Senhor João Saraiva de Carvalho, proponente da Moção, o qual começou por referir que no ponto quinto da mesma apontava para a promoção de debates sobre Nelson Mandela, precisamente para aprofundar as questões que levaram à formação da sua personalidade.-----

Mais referiu que continuávamos presos a uma cultura do cristianismo que já não existia, porque o cristianismo foi conduzido pela Igreja Católica que fez história com o despotismo, enquanto o marxismo, como ciência, foi adotado pelos comunistas que a transportaram no tempo, acrescentando que o marxismo não iria desaparecer e que a evolução desta ideia era de tal forma que, num país conhecido como o baluarte do capitalismo, existem mestrados e doutoramentos sobre marxismo em mais de cinco universidades.-----

Referiu ainda que um Sociólogo Americano afirmara que só conhecia duas doutrinas políticas; a ideologia marxista e a social-democracia. Acrescentou que na maioria dos países do mundo governados por sociais-democratas, estes se consideram do centro esquerda, não marxista, enquanto, em Portugal, a social-democracia era representada por um partido de direita. -----

Concluiu, referindo que a discussão sobre a personalidade de Nelson Mandela deverá explorar as influências doutrinárias no seu pensamento, como as de Gandhi, as quais contribuíram para o seu desenvolvimento intelectual e para a formação do seu carácter, bem como a forma como Mandela as aplicou na prática. -----

Interveio novamente o Senhor Pedro do Ó Ramos, referindo que não conhecia o pensamento de Mandela nos últimos anos, não sabendo se continuava marxista como na altura da luta armada do ANC contra o *apartheid*, mas sabia que essa nunca fora uma questão relevante enquanto Presidente da República da África do Sul, acrescentando que se Mandela foi a personalidade que foi por ser marxista, pena era que outros que o são não tivessem a sua capacidade.-----

Quanto à questão abordada durante a discussão, de *apagar a história*, referiu que havia países no mundo que matavam história viva, como acontecera, recentemente, na Coreia do Norte, cujo dirigente máximo mandou executar o tio. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----

**JUSTIFICAÇÃO DE VOTO:** O Senhor Vereador Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, declarou que votava a favor, não obstante as referências que fez no âmbito da discussão da Moção.” -----

#### **MINUTO DE SILÊNCIO EM HOMENAGEM A NELSON MANDELA**-----

Os membros da Assembleia Municipal guardaram um minuto de silêncio em homenagem a Nelson Mandela, falecido no dia cinco de dezembro de dois mil e treze.-

#### **INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS E FERROVIÁRIAS NO MUNICÍPIO E DE ACESSO À PLATAFORMA INDUSTRIAL DE SINES** -----

O Senhor João Saraiva de Carvalho, eleito da CDU, referiu que este era o seu quinto mandato na Assembleia Municipal e que, durante os dezasseis anos que passaram, tinha proposto e participara em muitas iniciativas, nomeadamente na marcha lenta no IP8, de protesto pelo mau estado daquela via, o que levou o então governo de Durão Barroso a avançar com o projeto de obras para a sua requalificação, da qual resultou as atuais ruínas da A26, solicitando informação sobre o ponto de situação daquelas obras, bem como sobre o estudo da ferrovia para o transporte rápido de mercadorias.-----

Acrescentou que estas infraestruturas bem como a anunciada *Autoestrada do Atlântico*, com ligação ao Canal do Panamá, eram da maior importância para o desenvolvimento da região e do País. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual começou por informar que os municípios de Santiago do Cacém, Grândola e Beja discordavam do novo traçado da ferrovia apresentado pela Refer, por razões ambientais e estratégicas, defendendo que o traçado do mesmo devia aproveitar parte da via existente, com ligação a Ermidas-Sado, para uma futura ligação a Beja e depois a Espanha, conforme o estudo feito pela Equipa Técnica do Instituto Superior Técnico, coordenada pelo Professor Costa Lobo, a qual, na altura, procedia aos trabalhos de revisão do PDM, enquanto o traçado apresentado pela Refer, passava perto do HLA, seguindo na direção de Melides até Grândola norte.-----

Acrescentou que no âmbito da contestação a este traçado foi criada uma Associação, a qual, conjuntamente com os municípios, desenvolveu ações de protesto e luta contra o mesmo, o que levou a que, em dois mil e nove, o Governo suspendesse o projeto.-----

Mais esclareceu que os municípios sempre defenderam a ferrovia, mas discordavam daquele traçado, acrescentando que o desenvolvimento do projeto pela Refer foi feito sobretudo nos gabinetes, não tendo havido o necessário conhecimento público do mesmo.-----

Informou ainda que numa reunião, recente, com o Presidente da Refer, este lhe tinha transmitido que o projeto do novo traçado da ferrovia ia ser reequacionado e que seriam tidos em conta os contributos dos municípios, mas que o mesmo não seria concretizado antes de dois mil e vinte. Acrescentou que esta situação bem como a situação das obras rodoviárias são muito preocupantes, porque podem condicionar o desenvolvimento na região e no País, referindo que havia poucos dias tinham sido anunciados novos investimentos para o Porto de Sines, estando também prevista a ligação ao canal do Panamá através da *Autoestrada do Atlântico*, a qual abre perspetivas muito interessantes para a dinamização da atividade daquele porto. -----

Informou também que tinha reunido com as administrações de duas das maiores empresas do Complexo Industrial de Sines, a Galp Energia e a Repsol, as quais lhe transmitiram as suas preocupações pela situação das acessibilidades e as consequências negativas para as empresas.-----

Deu ainda conhecimento de que, no dia da presente sessão, reunira com o Presidente das Estradas de Portugal (EP) ao qual colocou um conjunto de questões relativas às obras no IP8/A26, nomeadamente a situação a partir do troço das Relvas Verdes, na direção norte, e da A26-1 entre a Cidade de Santo André e Sines, cujas obras decorriam havia três anos, obrigando a um limite de velocidade de cinquenta quilómetros hora, com pins colocados ao longo da mesma, assim como o mau estado do piso junto à Rotunda na entrada da Cidade, situações inaceitáveis que se arrastam no tempo, prejudicando as populações e as autarquias, as quais têm vindo a despender verbas no arranjo do piso para evitar a maior degradação do mesmo. Acrescentou que o Presidente das Estradas de Portugal o informou que o arrastamento destas situações se devia a um litígio entre a empresa e o Consórcio a quem foram adjudicadas as obras, situação que ainda não tinham conseguido resolver, mas que esperavam chegar a um acordo e, se assim fosse, os problemas poderiam ficar resolvidos até ao final do mês de fevereiro, caso contrário terão que recorrer aos tribunais.-----

Mais informou que transmitiu àquele responsável que, se não houvesse evolução no sentido da resolução dos problemas, no prazo indicado, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal teriam que avaliar medidas de luta, em conjunto com os municípios vizinhos, no âmbito da CIMAL, porque não era possível admitir que a população de Santo André, a qual grande parte trabalhava no Complexo Industrial de Sines, continuasse a ser massacrada com a situação daquelas obras.-----

Acrescentou que sugeriu ao Presidente das EP que aquelas situações fossem avaliadas com os técnicos do Município e que fosse equacionada a hipótese de retirar os pins e alterado o limite de velocidade na A26-1, tendo o mesmo assumido que ia avaliar as sugestões apresentadas e diligenciar no sentido de colmatar as falhas referidas, ficando de informar a Câmara Municipal do desenvolvimento do processo. -----

Informou ainda que, na data da presente sessão, tinha reunido com responsáveis da Refinaria de Sines, os quais lhe transmitiram também as suas preocupações sobre o estado daquela via que, para além das questões referidas, têm originado atrasos no autocarro que transporta os trabalhadores para aquela unidade industrial. -----

Interveio o Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, e Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, o qual informou que, aquando da visita àquelas obras da Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas, teve oportunidade de referir a importância daquelas vias rodoviárias para o desenvolvimento do Porto de Sines, da economia da região e do País, tendo em conta o aumento das exportações, nomeadamente da Refinaria de Sines, com destino ao México e aos Estados Unidos.-----

Acrescentou que não entendia como é que sucessivos governos podiam deixar passar o desenvolvimento da maior plataforma industrial do País, tendo em conta a sua importância para elevar os níveis de produtividade. -----

Recordou ainda que a intervenção naquelas vias constava no Plano Rodoviário 2000 e que, passados treze anos, as obras estavam paradas, depois de despendidos mais de cinquenta milhões nas mesmas, pondo em causa o escoamento dos produtos daquele complexo industrial, enquanto no norte do País foram feitas autoestradas ao lado de itinerários principais onde se registavam problemas na circulação rodoviária. -----

Referiu também que, como Presidente da Junta de Freguesia, a sua indignação era ainda maior, porque antes daquelas obras, inacabadas, a via rápida que ligava Santo André a Sines estava em boas condições, acrescentando que com a situação criada as pessoas estava a ser prejudicadas, havia três anos, sendo obrigadas a cumprir com um limite de velocidade de cinquenta quilómetros/hora, o qual ninguém respeitava, ficando sujeitos a multas, para além da situação perigosa das ultrapassagens feitas por entre os pins. -----

Informou que, na data da presente sessão, foram colocados pins novos, quando deviam ser retirados aqueles que lá estavam. -----

Mais informou que a situação da Rotunda obrigava as pessoas a passarem por cima de um monte de terra para entrarem na Cidade, e já não conseguiriam circular por aquele local se a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal não tivessem feito algumas intervenções, despendendo para o efeito verbas dos seus orçamentos, quando não era sua a responsabilidade daquela situação, relativamente à qual tinham feito várias diligências junto das EP, concordando esperar até fevereiro pela sua resolução, mas avisando que a paciência se estava a esgotar, e que teriam de ser tomadas medidas na defesa dos interesses da população. -----

Informou igualmente que este assunto tinha sido abordado na reunião do Conselho Municipal de Segurança, onde foi levantada a questão do troço das Relvas Verdes estar praticamente concluído e o troço entre aquelas duas cidades (Vila Nova de Santo André e Sines) se encontrar naquele estado, sendo que a explicação encontrada era de que o primeiro servia as empresas e foram tidas em conta os seus interesses, enquanto o segundo troço servia os trabalhadores, o que pouco contava para os responsáveis em causa, acrescentando que era assim que o Governo deste País tratava o desenvolvimento da região. -----

Concluiu, referindo não compreender como era possível permitir situações desta natureza num país que se quer desenvolvido. -----

O Senhor João Saraiva de Carvalho, eleito da CDU, referiu que o corredor de ligação do centro da Europa a Sines, terá sido concebido por Hitler para escoar os produtos ao longo da Europa, só que não previu que podia perder a guerra e que a Alemanha seria dividida em duas, acrescentando que o que lhe parecia era que a Alemanha estaria agora com receio dos seus produtos não serem escoados para o Sul da Europa e os produtos do Sul seguirem para o resto da Europa, questionando por isso se não estaria alguém a colocar areia no sistema. -----

Sobre o novo traçado da ferrovia e a informação do Presidente das Estradas de Portugal, de que só estaria concluído, em 2020, solicitou ao Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, que procurasse saber junto do Senhor 1º Ministro, por que razão ele afirmara, quando foi ao Panamá, que o estudo económico da ferrovia estava concluído e entregue na União Europeia e que aquela via ferroviária tinha que ficar concluída até meados de dois mil e quinze, concluindo que alguém estava a fazer de palhaço neste processo. -----  
Relativamente à rodovia, referiu que os produtos têm que ser escoados em camiões de grande porte, acima de trinta e cinco toneladas, sendo necessário espaço para os mesmos rodarem e serem rentáveis. -----

Mais referiu que a criação de um nó rodoviário, em Relvas Verdes, havia trinta anos atrás, tinha como objetivo uma futura ligação a Beja, não compreendendo como é que agora uns senhores doutores da política vinham dizer que aquela ligação não podia ser feita, muitos dos quais nunca viram a Refinaria nem conhecem a região. Acrescentou que no meio desta situação também devia haver muita incompetência técnica que tem levado ao esbanjar de milhões, os quais estamos a pagar, considerando que devem ser apuradas responsabilidades e que não podemos deixar que Sines seja transformado numa arena de combate político, prejudicando uma região da maior importância para a economia do País. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, informando que já tinha trocado impressões com o Senhor 1º Ministro sobre a situação da rodovia e que, na sequência da visita da Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas, a qual integrou, foi feito um requerimento ao Governo sobre o assunto. Acrescentou que se tratava de uma situação inadmissível e que não era aceitável que passados tantos meses as negociações sobre aquela matéria ainda não tenham sido concluídas. -----

No referente à ferrovia, informou que o Governo anterior não tinha inscrito as verbas necessárias no QREN, acrescentando que se tratava de um projeto estruturante e da maior relevância para o País, considerado prioritário pelo Governo, pelo que a sua candidatura entrará no novo Quadro Comunitário, para obtenção das verbas necessárias à sua concretização, cujo traçado estava ainda em estudo. -----

Concluiu, referindo que continuaria a acompanhar os desenvolvimentos do processo relativos à rodovia e que estava solidário com a Câmara Municipal e com a Junta de Freguesia no que respeitava a necessidade urgente dos problemas colocados, considerando que se devia aguardar até ao final do mês de fevereiro e que, findo este prazo, seria legítimo a Câmara Municipal avançar com qualquer forma de pressão, caso a situação se mantivesse. -----

#### ----- **INCLUSÃO DE ASSUNTO NA ORDEM DO DIA** -----

A Senhora Presidente colocou à consideração da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto no nº 2 do artigo 50.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a inclusão da seguinte proposta:” **d) Apoio financeiro às freguesias do Município**”, por solicitação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, fundamentada na sua urgência, tendo em conta que o novo quadro legislativo obrigava a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia a celebrarem acordos de execução no prazo de cento e oitenta dias. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

O Senhor João Pereira, eleito do PS, questionou se as verbas se destinavam a atividades próprias das juntas de freguesia ou se eram para pagar salários. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual informou que as transferências se destinavam a matérias concretas e que havia

outras transferências que eram feitas com base nos protocolos a celebrar com aquelas autarquias, as quais compreendiam verbas correntes e de capital, para a realização de obras conjuntas. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada por unanimidade**. -----

## -----ORDEM DO DIA-----

### **1. Expediente**-----

A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, desde o mês de setembro até à presente data, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte e um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

### **2. Ata**-----

A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação **ata n° 05** da primeira reunião, da Assembleia Municipal, do mandato de dois mil e treze a dois mil e dezassete, realizada no dia dezoito de outubro de dois mil e treze.-----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou a **ata**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com as abstenções, dos senhores José Élio Sucena, Nuno Francisco e Vanda Correia, eleitos da CDU, por não terem estado presentes.-----

A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação **ata n° 06** da sessão extraordinária da Assembleia Municipal, de trinta e um de outubro de dois mil e treze.

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente a colocou, de imediato a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com as abstenções dos senhores Nuno Francisco e Vanda Correia, por não terem estado presentes. -----

### **3. REGIMENTO**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor José Sucena, o qual em representação da Comissão designada pela Assembleia Municipal apresentou a proposta de Regimento. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Regimento para discussão.-----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte e dois, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

### **PRIMEIRO PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS**-----

Atingidas que foram as vinte e quatro horas, a Senhora Presidente colocou à consideração da Assembleia Municipal o prolongamento dos trabalhos por mais trinta minutos, de acordo com o artigo 12º do Regimento.-----

**Aprovado, por unanimidade.** -----

### **4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

#### **--- a) Grandes Opções do Plano e Orçamento/2014;**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Aprovar as Grandes Opções



do Plano e Orçamento para dois mil e catorze, documentos previsionais definidos no ponto 2.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, publicado em anexo ao Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro.\* -----

**FUNDAMENTOS:** Conforme o disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.” -----

\*documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte e três, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

No âmbito da apresentação e fundamentação da proposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que este era o Orçamento possível e realista, mas que estava longe de ser o orçamento que gostaria de apresentar, sendo fruto das atuais circunstâncias políticas e económicas que têm estrangulado financeiramente as autarquias, desde logo a redução prevista nas transferências do Orçamento de Estado de mais trezentos e oito mil euros relativamente a dois mil e treze e uma diminuição de dois milhões de euros em relação a dois mil e dez. -----

Acrescentou que a Câmara Municipal estava obrigada a uma redução de dois por cento no pessoal, o que limitava a sua atividade, mas não reduzia a despesa, porque a Autarquia era obrigada a suportar um encargo relativo à comparticipação para a Caixa Geral de Pensões, o qual, havia alguns anos, era de dez por cento, em dois mil e treze foi de vinte por cento e em dois mil e catorze será de vinte e três vírgula setenta e cinco por cento, sendo que, só o aumento dos três vírgula setenta e cinco por cento, representava um encargo de mais duzentos e cinquenta mil euros. -----

Mais referiu que nos gráficos constantes no documento se podia observar que, desde dois mil e dez, tem vindo a subir o montante relativo aos impostos arrecadados pela Administração Central, ao contrário da tendência verificada nas transferências para as autarquias que têm vindo a diminuir. -----

Informou ainda que o aumento do IVA contribui também para o aumento da despesa do Município, porque a Câmara Municipal não pode deduzir aquele imposto, considerando que foi mais uma forma que o Governo encontrou para tirar capacidade à ação das autarquias. -----

Acrescentou que o País vive uma situação difícil e o défice continua a aumentar todos os anos, mas não por culpa do Poder Local, dado que os municípios têm contribuído para a redução do mesmo, e têm vindo a ser alvo de políticas de obstrução e constrangedoras da sua actividade, as quais faziam lembrar os tempos anteriores ao 25 de Abril de 1974, só com a diferença de que os seus representantes ainda eram eleitos.-

Referiu ainda que apesar de todos os constrangimentos a Câmara Municipal tem vindo, gradualmente, a reduzir a dívida, cumprindo com todos os parâmetros da lei em vigor, e não precisou de recorrer ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), o que iria condicionar ainda mais a sua atividade. -----

Prosseguiu, referindo que conforme os documentos em apreço atestavam a Câmara Municipal continuava a apostar forte nas funções sociais, nomeadamente nos transportes escolares, nos refeitórios escolares, nos auxílios económicos e no apoio à construção de lares, acrescentando que esta era uma bandeira da CDU que se pretendia levar por diante. -----

Referiu ainda outras ações previstas, designadamente a manutenção e conservação da rede viária municipal, da rede de abastecimento de água (um milhão de euros), no saneamento, nos resíduos sólidos urbanos (um vírgula três milhões de euros) e espaços verdes (trezentos e cinco mil euros). -----

Referiu também que gostaria de destacar outros investimentos, nomeadamente na área da informática, com o objectivo de prosseguir com a modernização dos serviços, como tem acontecido nos últimos anos, para melhorar o atendimento aos munícipes, na substituição de um conjunto de equipamentos das escolas, com várias intervenções de conservação e manutenção nas mesmas, na aquisição de duas viaturas pesadas de transporte de resíduos sólidos urbanos, no apoio à obra de requalificação da Costa de Santo André, na intervenção no CM 1087, de acesso à praia do Monte Velho, nas empreitadas da envolvente da Sala de Convívio da Aldeia do Cano e na Rua Dr. Álvaro Cunhal, em Cercal do Alentejo, nas instalações municipais no Parque Empresarial de Santiago do Cacém (ZIL), para melhorar as condições dos trabalhadores do Município.

Mais referiu que os valores do Orçamento para dois mil e catorze recuaram para o nível dos valores de há dez anos atrás, enquanto nestes dez anos foram sendo construídas bibliotecas, piscina, auditório, ou seja, o Município tinha agora mais equipamentos para manter, com menos dinheiro e menos cerca de cento e trinta trabalhadores. -----

Acrescentou que, se for este o caminho a prosseguir, não vai ser possível realizar obras novas, até porque, segundo foi informado, antes do 1º semestre de 2015 não haverá financiamento do novo Quadro Comunitário. -----

Concluiu, referindo que o Executivo Municipal estava consciente de que o próximo ano e o presente mandato ia ser muito difícil e que contavam com o apoio dos mais de quinhentos trabalhadores do Município para, em conjunto, concretizarem as ações, embora conscientes de que não era fácil motivar os trabalhadores, depois dos cortes que lhes têm sido feitos pelo Governo, nos salários e nos apoios sociais. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, começando por referir que, aquando da auscultação aos partidos pela Câmara Municipal, ao abrigo do Estatuto do Direito da Oposição, para recolha de opiniões sobre as GOPs, para 2014, não tinham sido facultados elementos concretos sobre os quais se pudessem pronunciar, no sentido de emitirem opinião negativa ou positiva. -----

Mais referiu que o BE já tinha manifestado, algumas vezes, a falta de menção por parte da Câmara Municipal no que respeitava a respostas à emergência social que se vive no País inteiro, em geral, e em particular no Município de Santiago do Cacém, considerando que nos documentos era dada uma grande ênfase às questões externas à Autarquia, às políticas nacionais fortemente centralizadoras do Governo que condicionam a atividade autárquica, quando se sabia que não se tratava de um acidente de percurso, mas de uma ação deliberada do mesmo nesta matéria, enquanto a questão de emergência social aparecia num sub-ponto do eixo 4, e não era mencionado nas GOPs, ao contrário da relevância que era dada ao apoio às crianças no contexto escolar, o que saudava, não tendo pejo em mencionar a Câmara Municipal de Santiago do Cacém como um exemplo nesta matéria. -----

Acrescentou ainda que gostaria de ver, no contexto social e económico em que vivemos, devidos às políticas do Governo, um registo de que a Câmara Municipal irá recorrer a todas as formas possíveis para aliviar os encargos sobre as famílias, sobretudo àquelas com menores recursos, o que podia também vir a estimular a economia local, sobretudo no que respeitava aos impostos municipais. -----

Questionou se tinha sido analisada a possibilidade de redução de zero vírgula um por cento no IRS dos munícipes, ou se esta matéria tinha sido dada como uma impossibilidade, acrescentando que outras câmaras tinham recorrido a expedientes imaginativos para pouparem verbas que canalizaram para a emergência social. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder às questões colocadas, o qual começou por esclarecer que, de acordo com o previsto no Estatuto de Oposição, a Câmara Municipal ouviu todas as Forças Políticas com assento na Assembleia Municipal, no âmbito da construção das GOPs, para dois mil e catorze, a exemplo do que foi feito nos anos anteriores, embora com algum atraso devido à data em que se realizaram as eleições autárquicas. -----

Acrescentou que foi apresentado aos partidos um conjunto de ideias e não um documento fechado, no sentido de obter dos mesmos contributos para o documento final. -----

Relativamente aos impostos municipais, informou que no IMI existem taxas intermédias, e que o Regulamento Municipal de Taxas prevê isenções totais a pessoas carenciadas, assim como está também regulamentada a redução no tarifário da água nos escalões mais baixos, acrescentando que a Câmara Municipal estava à vontade nesta matéria, no âmbito daquilo que eram as suas competências. -----

No que respeitava ao IRS, referiu que a repartição dos rendimentos no âmbito da política fiscal devia ser feita de forma justa pela Administração Central, acrescentando que a redução referida não teria grande expressão no Município e iria beneficiar quem ganhava mais, dado que, infelizmente, no País, em geral, e no Município, em particular, a maioria das pessoas não tinham rendimentos para pagar IRS. -----

Interveio novamente a Senhora Joana Filipe, referindo que não tinha ficado esclarecida, acrescentando que, em teoria, a distribuição da receita arrecadada proveniente dos impostos, devia ser assegurada pelo Governo Central, mas que ao sermos confrontados com a sua incompetência para o fazer, considerava que as autarquias locais podiam ter um papel importante em prol das populações, no âmbito das suas competências, tal como estava previsto na Constituição. -----

Acrescentou que das explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal concluiu que o mesmo achava que os munícipes de Santiago do Cacém, ou eram grandes magnatas ou muito pobrezinhos, discordando desta posição, porque existia um importante grupo intermédio de trabalhadores que estava a ser sufocado com reduções e encargos sobre os ordenados que auferiam, acrescentando que, hoje, famílias inteiras dependiam de um só ordenado, pelo que, a redução de um por cento no IRS, embora pequena, era importante, no atual contexto social e económico, referindo ainda que muitas câmaras municipais já tinham acionado este mecanismo legal que estava ao dispor dos municípios. -----

Concluiu, referindo não compreender por que razão o Município era solidário relativamente às escolas e não considerava esta possibilidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que mantinha a sua posição sobre este assunto, acrescentando que estas e outras hipóteses foram consideradas, mas que a redistribuição da receita arrecada pela Administração Central da cobrança de impostos, devia ser feita pelo Governo e não à conta das autarquias com medidas deste tipo que pouco ou nada adiantavam nos orçamentos familiares. Acrescentou que esta não era a questão fundamental, mas sim o aumento verificado no IRS, considerando que o Governo optara por atacar a classe média com estas e outras medidas similares, as quais estavam na origem da situação de emergência social a que se chegou no País, concluindo que esta é que era a realidade crua e dura, com a qual nos devíamos indignar. -----

Interveio o Senhor João Pereira, eleito do PS, questionando sobre: -----

. o valor da dívida da Câmara Municipal e a percentagem das verbas constantes no Orçamento, destinadas ao desenvolvimento económico, ao apoio a empresas e a obras públicas.-----

. o número de empresas estrangeiras que visitaram o Município com a intenção de investir no mesmo, dado que, no Plano de Atividades se fazia referência a medidas de atração de investimento estrangeiro no Município.-----

. a existência de algum estudo, em termos de estratégia, no sentido do aproveitar o desenvolvimento na Plataforma Industrial de Sines, para obter benefícios para o Município;-----

. a utilização da Central de Compras da CIMAL pela Câmara Municipal, para aquisição de materiais.-----

. se tinha sido ponderada a redução de taxas dos impostos municipais no âmbito das questões sociais contempladas nos documentos em apreço.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, no que respeitava ao desenvolvimento económico no Município, tinham sido criados seis parques empresariais distribuídos pela mesma conta de freguesias, onde estavam sediadas algumas empresas estrangeiras, com um volume de investimentos significativo.-----

Acrescentou que estavam também sediadas no Município outras empresas importantes, dando como exemplo a Valouro, em Alvalade, a qual empregava mais de duzentos trabalhadores, e que, no âmbito do Turismo em espaço rural, foram construídos equipamentos de reconhecida qualidade, como era exemplo o Monte do Giestal, entre outros.-----

Informou ainda que a Câmara Municipal tem recorrido à Central de Compras da CIMAL, para aquisição de materiais, sendo um dos municípios integrado naquela Comunidade que mais utiliza aquela Central.-----

Interveio o Senhor Ricardo Rico, eleito do PS, o qual considerou positiva a existência de seis parques empresariais no Município, questionando sobre a percentagem de ocupação dos mesmos.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a percentagem de ocupação daqueles parques era na ordem dos setenta por cento, acrescentando que, posteriormente, poderia fornecer números rigorosos.-----

## **SEGUNDO PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS**-----

Atingidas que foram as zero horas e trinta minutos, a Senhora Presidente colocou à consideração da Assembleia Municipal o prolongamento dos trabalhos por mais trinta minutos, de acordo com o artigo 12º do Regimento.-----

**Aprovado, por unanimidade**-----

Interveio novamente o Senhor João Pereira, referindo que não tinha sido dada resposta às primeiras questões que tinha colocado, bem como à questão relativa ao aproveitamento do desenvolvimento industrial de Sines.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer que o que estava em apreço não era o documento de prestação de contas e que, não tendo presente o número exato do valor da dívida, daria essa informação na próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal.-----

Mais informou que no gráfico constante na página dezanove do documento em apreço, se podia observar a percentagem global, de doze por cento, relativa às funções económicas, a qual se subdividia em várias ações registadas nas AMRs e no PPI, acrescentando que os valores indicados em cada item poderão servir de base para apurar

as percentagens correspondentes aos mesmos, das quais não dispunha naquele momento.-----

Acrescentou que os investimentos referidos, para além de outros, expressavam a capacidade de atração do Município, mesmo numa conjuntura económica desfavorável.

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, começando por solicitar esclarecimentos sobre o valor das receitas Correntes, relativas a vendas de bens e serviços, constantes na página setenta e seis do documento, e sobre o valor das despesas de Capital, outros bens, constantes na página oitenta e quatro.-----

Mais referiu que se tratava de um orçamento muito duro e difícil, com um valor significativo para a despesa e muito reduzido para investimento, considerando que não era a diminuição de dois vírgula oito por cento nas transferências do Orçamento de Estado que originava esta situação, recordando a redução brutal nas transferências nos anos de dois mil e dez e dois mil e onze, quando o País ainda não estava sobre assistência financeira externa, acrescentando que o atual Governo não tinha reduzido o valor das transferências no ano anterior. -----

Referiu ainda que a situação resultava dos erros cometidos ao longo dos anos pelo Município de Santiago do Cacém e por outros municípios, com o aumento das despesas correntes e o aumento do pessoal, considerando que este era o corolário dessas opções.

Acrescentou que as câmaras municipais deviam ser cada vez mais pequenas e mais ágeis, porque só assim podiam prestar um melhor serviço às populações. -----

Mais referiu que a estrutura de despesa da Câmara Municipal era muito rígida, sendo difícil o desbloqueamento de verbas para fazer diferente. -----

Referiu também que considerava irrisória a verba de vinte e cinco mil euros para o desenvolvimento económico, para além da falta de verbas para recuperação de vários edifícios.-----

Concluiu, considerando lamentável que, passados todos estes anos, a Câmara Municipal apresentasse um Orçamento com tão pouca despesa de Capital.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer que as receitas Correntes de venda de bens e serviços correspondiam a um conjunto de produtos acabados, designadamente água, e que o valor de despesas de Capital correspondia a um conjunto de bens de funcionamento, nomeadamente da rega de espaços públicos e para reparação e manutenção de equipamentos. -----

Mais referiu que não eram só os trezentos e oito mil euros a menos nas transferências do Orçamento de Estado para o próximo ano que se repercutia negativamente no Orçamento em apreço, mas também o valor acumulado que não foi transferido para o Município, desde dois mil e dez, o qual ascendia a seis milhões de euros.-----

Relativamente a investimentos, esclareceu que as obras de maior relevo que foram executadas no Município, num passado recente, só tinham sido concretizadas porque houve a possibilidade de recorrer a fundos comunitários, recurso que agora não existia.

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezanove votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Nuno Francisco, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, António Albino, Vanda Correia, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Joaquim António Gonçalves.--

Sete votos contra, sendo cinco dos eleitos do PS, senhores Ricardo Campos da Silva Rico, Mariana Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, um do eleito do PSD, Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, e um da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe.-----

**JUSTIFICAÇÕES DE VOTO: Pelo Senhor João Pereira, eleito do PS, foi feita a seguinte declaração de voto:** “ Independentemente de todas as dificuldades referidas na discussão e que são conhecidas de todas as pessoas, consideramos que a questão não está nas dificuldades mas sim na estratégia, e não é agora num ano que vão poder fazer política estratégica. Isto é política orçamental. O que falta a este Executivo e tem faltado nos outros anteriores é a falta de estratégia e de uma política estrutural, está á vista que não existe estratégia para o futuro. É por falta de estratégia que se nota no Orçamento e Plano de Atividades apresentado que o Partido Socialista vota contra.”-----

**Pelo Senhor José Sucena, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte declaração de voto:** “ O Plano e Orçamento agora votado e aprovado por esta Assembleia Municipal para vigorar em Santiago do Cacém no ano de 2014, é uma manifestação corajosa do Executivo de resistência às políticas do Governo quanto ao desinvestimento no apoio à infância e à educação dos jovens, e de empobrecimento e cassação de direitos de que têm sido vítimas os Portugueses que trabalham ou que subsistem com a pensão de reforma que contrataram com o Estado, enquanto pessoa de bem, e que, por isso, tem de honrar a confiança que nele foi depositada, como muito bem, acordou o Tribunal Constitucional. Mas também de resistência às políticas de abandono que têm sido seguidas pelo poder central relativamente aos desempregados e aos socialmente desinseridos. Na verdade, apesar dos cortes no financiamento das autarquias, a que acresce o aumento da despesa para a administração central, o Executivo de Santiago do Cacém, no Plano e Orçamento ora aprovado, mantém e em alguns casos melhora o seu apoio financeiro, institucional ou de mera colaboração e disponibilidade de sua estrutura à infância, aos jovens e aos idosos desfavorecidos, bem como ao desenvolvimento económico, sem perder de vista a cultura, o património e o associativismo, e ainda a higiene urbana e a qualidade ambiental. -----

Por tudo isto votámos a favor do Plano e Orçamento para 2014, o qual contém uma estratégia de acordo com a realidade concreta que temos de viver em 2014, convictos que a sua execução terá resultados que se irão refletir na melhoria da qualidade de vida da População do Concelho de Santiago do Cacém, acreditando que a coragem agora demonstrada se estenda e se reforce até ao fim do mandato que em outubro passado teve início, a bem das Pessoas e de Santiago.” -----

**Pela Senhora Joana Filipe, eleita do BE, foi feita a seguinte declaração de voto:** “Tendo em conta a política fortemente centralizadora do Governo na distribuição da riqueza, já mencionada, o Bloco de Esquerda não abdica de lutar em todas as frentes pelo que é essencial a este nível, como é do conhecimento público, e muitas vezes temos alinhado com a CDU a nível central nesse combate. Ainda assim, esta situação exige que lancemos mão de todos os mecanismos a que possamos recorrer para aliviar o orçamento das famílias.-----

Lamento a postura de graça foleira da parte de alguns deputados da CDU, a que vimos assistindo e que desprestigia esta casa.” -----

**Pelo Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, foi feita a seguinte declaração de voto:** “ Este é um orçamento de despesa corrente, não tem praticamente despesa de capital, não têm investimento, e não é pelo facto de no próximo ano haver uma redução de 2,8% das transferências do Orçamento de Estado que justifica este orçamento de

gestão diária. Considero que é o corolário de anos de uma política errada, em que se privilegiou despesas correntes em detrimento das despesas de capital e, como tal, não é possível neste quadro financeiro ter um orçamento voltado para a economia, sem destacar os míseros vinte e cinco mil euros que são atribuídos para a promoção do desenvolvimento económico.” -----

--- **b) Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;** -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar a Autorização Prévia para a assunção de compromissos plurianuais nos casos seguintes: -----

a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; -----

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. -----

**FUNDAMENTOS: De facto:** O disposto no artº 22º do Decreto Lei 197/99, de 8 de junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargos orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando: -----

a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. -----

A alínea c) do nº 1 do artº 6 da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

Nos termos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei nº 127/2012, d 21 de junho estabelece-se que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano. -----

**De direito:** De acordo com a alínea c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/12, de 21 de fevereiro e do artº 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

**TERCEIRO PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS** -----

Atingida que foi a uma hora, a Senhora Presidente colocou à consideração da Assembleia Municipal o prolongamento dos trabalhos por mais trinta minutos, de acordo com o artigo 12º do Regimento. -----

**Aprovado, por unanimidade.** -----

--- **c) Mapa de Pessoal – 2014.** -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal

que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar o Mapa de Pessoal para 2014.\* -----

**FUNDAMENTOS De facto:** Tendo em conta a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho necessários para o desenvolvimento das atividades de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução e é aprovado, mantido ou alterado pela Assembleia Municipal. -----

**De direito:** De acordo com o disposto nos artigos 4.º e 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, ambos na redação atual.” -----

\*documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte e quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----  
Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezanove dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Nuno Francisco, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, António Albino, Vanda Correia, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Joaquim António Gonçalves, cinco dos eleitos do PS, senhores Ricardo Campos da Silva Rico, Mariana Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, e um da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe. -----  
Uma abstenção do eleito do PSD, Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos.” -----

--- **d) Apoio financeiro às freguesias do Município.** -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal a aprovação dos seguintes apoios às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações:-----

<b>Apoio para Freguesias</b> -----			
<i>(VALORES EM EUROS)</i> -----			
<b>JUNTAS</b>	<b>Correntes</b>	<b>Capital</b>	<b>Total</b> -----
Abela	22.657	19.990	42.647-----
Alvalade	33.058	27.390	60.448-----
Cercal	50.913	30.760	81.673-----
Ermidas	40.062	17.902	57.964-----
Santo André	39.709	50.047	89.756-----
São Francisco	22.956	9.314	32.270-----
União Santiago Cacem,S.Cruz e S.Bartolomeu	92.782	55.781	148.563-----



União	São			
Domingos	e			
Vale Agua	26.593	30.136	56.729	-----
<b>TOTAL</b>	<b>328.730</b>	<b>241.320</b>	<b>570.050</b>	

**FUNDAMENTOS: De facto:** -----

1. As freguesias são entidades autárquicas que prestam, por excelência, serviços de proximidade às populações. -----
2. Tal realidade acentua-se num Município como o de Santiago do Cacém, dada a sua extensão territorial e as diversas necessidades populacionais.-----
3. Estas autarquias recebem transferências da administração Central, manifestamente insuficientes para que possam fazer face aos custos inerentes aos já referidos serviços que prestam às populações que, inclusivamente, ora se viram alargados por força do Novo regime Jurídico das Autarquias Locais. -----
4. Ainda que competisse à Administração Central que as transferências de verbas que realiza para as freguesias sejam ajustadas e proporcionais às competências conferidas. --
5. Importa garantir a continuidade da prossecução, promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações através das Juntas de Freguesia. -----
6. Encontra-se previsto nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014 dotações que englobam os apoios ora em causa.-----
7. Propõe-se aprovar o apoio às freguesias de acordo com fundamentação de direito infra e conforme quadro anexo. -----

**De direito:** Artº 33 nº 1, alínea ccc) e artº 25º nº 1, alínea j) da Lei 75/2013, de 12 de setembro.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----  
 Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----

**5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA** -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou a “Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de setembro e outubro de 2013”, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte e cinco, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

A Senhora Presidente colocou o documento para discussão. -----  
 Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

-----  
 Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário a relação, em **minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente, não tendo havido inscrições para o uso da palavra. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**.-----

Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, era uma hora e dez minutos, do dia 21 de dezembro de 2013. -----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

---

---